

R o t e i r o s   N a c i o n a i s   d e  
I m i g r a ç ã o  
S a n t a   C a t a r i n a

Presidente da República | **Luiz Inácio Lula da Silva**  
Ministro da Cultura | **Gilberto Gil Moreira**  
Presidente do IPHAN | **Luiz Fernando de Almeida**  
Procuradora Chefe | **Lúcia Sampaio Alho**  
Diretora do Departamento de Planejamento e Administração | **Maria Emília Nascimento Santos**  
Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização | **Dalmo Vieira Filho**  
Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial | **Márcia Genesis de Sant'Anna**  
Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais | **José do Nascimento Júnior**  
Coordenador-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural | **Luiz Philippe Peres Torelly**  
Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência | **Lia Motta**  
Superintendente da 11ª SR /IPHAN/Santa Catarina | **Ulisses Munarim**

## Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração” | ficha técnica

Supervisão e Coordenação | **Dalmo Vieira Filho e Maria Regina Weissheimer**

### Equipe Técnica

**André Luiz de Lima** (arquiteto)  
**Cleonisse Inês Schmitt** (bibliotecária)  
**Maria Isabel Kanan** (arquiteta)  
**Marina Pavoni** (estagiária)  
**Priscilla dos Santos Mandaji** (arquiteta)  
**Simone Kimura** (arquiteta)  
**Vanessa Maria Pereira** (arquiteta)

### Pesquisa de Campo (fichas/ anexos 1, 2 e 3)

**Roseana Struck Lunghard** (coordenadora)  
**Cassandra Helena Faes**  
**Débora Richter Cicogna**  
**Virgínia Gomes de Luca**

Logomarca | **Kellin Crippa Speck e Simone Kimura**

### Apoio

Fundação Catarinense de Cultura  
Prefeituras Municipais

### Créditos dossiê

Pesquisa Histórica e Textos | **Dalmo Vieira Filho e Maria Regina Weissheimer**  
Revisão | **Daisi Vogel**  
Projeto Gráfico e Diagramação | **André Luiz de Lima e Maria Regina Weissheimer**  
Montagem | **Maria Regina Weissheimer**  
Fotografias (banco de imagens da 11ªSR)  
**Leopoldo Plentz e Luis Carlos Felizardo** (levantamento fotográfico 1987)  
Tempo Editorial (levantamento fotográfico 2005/6)  
**André Luiz de Lima, Dalmo Vieira Filho, João Paulo Schwerz, Maria Regina Weissheimer e Simone Kimura** (imagens de campo)

### Realização

11ª Superintendência Regional IPHAN/ Santa Catarina  
Rua Conselheiro Mafra, 141 2º andar - Antiga Alfândega  
CEP 88010-100 - Centro - Florianópolis/SC  
Fone/FAX: 48 - 3223 0883  
11sr@iphan.gov.br

R o t e i r o s   N a c i o n a i s   d e  
I m i g r a ç ã o  
S a n t a   C a t a r i n a

D O S S I Ê   D E   T O M B A M E N T O

H I S T Ó R I C O   |   A N Á L I S E   |   M A P E A M E N T O

V O L U M E   1



## AGRADECIMENTOS

A todos que, ao longo desses últimos vinte e quatro anos de pesquisa, inventário e ações de preservação, colaboraram de alguma forma para a formatação do projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina e para o sucesso da sua realização.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
O fluxo imigratório do século XIX	17
O patrimônio do imigrante no Brasil	19
<b>Contexto histórico e geográfico</b>	<b>23</b>
A Europa	24
O Brasil no século XIX	29
As políticas de colonização	32
Legislação, regulamentos e contratos	38
A Lei de Terras	
O Contrato Caetano Pinto	
Lei Glicério	
<b>Santa Catarina no Século XIX</b>	<b>47</b>
A ligação do litoral com o planalto	53
A Política de Colonização na Província	55
A Colônia São Pedro de Alcântara	58
O Período Regencial	62
O Segundo Império em Santa Catarina	65
Colônia Industrial do Saí	66
Colônia da Piedade	66
Colônia Belga	66
Colônia Santa Isabel	67
Colônia Blumenau	67
Dr. Blumenau e os antecedentes da fundação da colônia	
1ª fase – Colônia Privada (1850 a 1859)	
2ª fase – Colônia Imperial (1860 a 1882)	
Colônia Dona Francisca	75
Criação da Colônia	

Colônia Leopoldina	81
Colônia Militar Santa Tereza	81
Colônia Itajaí-Brusque	81
Colônia Nacional Angelina	83
Colônia São Bento	83
O incremento italiano a partir de 1875	87
Italianos no Vale do Rio Itajaí (expansões da Colônia Blumenau)	87
Rio dos Cedros	
“Picada de Rodeio”	
Ascurra	
Apiúna	
Colônia Luís Alves	
Vale do Itajaí-Mirim e do Tijucas (italianos na Colônia Brusque)	88
Região Sul	89
Colônia Azambuja	
Colônia Grão-Pará	
Colônia Jaraguá	
Eslavos em Santa Catarina	91
Reflexos da política colonizadora da 1ª República em Santa Catarina	95
A Colônia Federal Lucena	
A Colônia Nova Veneza	
A Sociedade Colonizadora Hanseática	96
Colônia Hansa	
<b>Síntese da Imigração em Santa Catarina</b>	<b>103</b>
O poder público e os empreendimentos migratórios	104
A implantação das colônias	106
Imigrantes e nativos	108
As enchentes	112
As estruturas básicas das colônias	113
Resultados da imigração em Santa Catarina	115
A situação atual	116
<b>O PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE</b>	<b>119</b>
O modelo de ocupação do território	121
Núcleos urbanos	124
Áreas rurais	129

<b>A arquitetura das diversas regiões de imigração em Santa Catarina</b>	<b>131</b>
<b>Materiais</b>	<b>132</b>
O uso da terra e cal	
Materiais Cerâmicos	
O uso da madeira	
O uso da pedra	
O uso do metal	
<b>Sistemas e técnicas construtivas</b>	<b>142</b>
Estruturas em enxaimel	
Estruturas autoportantes	
Alvenaria de tijolos	
Alvenaria de pedra	
Construções em madeira	
<b>Características regionais</b>	<b>160</b>
Região da Colônia São Pedro de Alcântara	
Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina	
Sul do estado	
Norte	
<b>Funções da arquitetura</b>	<b>171</b>
Arquitetura comercial	
Arquitetura religiosa	
Arquitetura recreativa	
Cemitérios	
Arquitetura residencial	
<b>A casa do imigrante e a pequena propriedade rural</b>	<b>196</b>
Implantações	
O abrigo	
A planta básica	
Organização e variação de plantas	
A evolução da casa	
Os ranchos e anexos	
O jardim, o pomar e a horta	
<b>Detalhes construtivos</b>	<b>223</b>
Pisos	
Forros	
Encaixes	
Colocação de tijolos	
Ornamentos em argamassa	
Esquadrias	
Escadas	
Guarda-corpos	
Lambrequins	
<b>Ornamentação interna</b>	<b>241</b>
Pinturas	
Bens móveis	



O patrimônio imaterial	249
A língua	249
Culinária e hábitos alimentares	252
Festas	258
A tradição dos grupos folclóricos	259
Produção artesanal	260
A proteção do patrimônio dos imigrantes: os Roteiros Nacionais de Imigração	263
Especificidades - A Paisagem Cultural das Regiões de Imigração	264
Abrangência	272
Critério de Seleção das Unidades	274
A implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração	276
<b>Mapeamento das regiões e localização dos bens</b>	<b>279</b>
Mapa 1 e 2 (Ascurra, Indaial, Rodeio e Timbó)	282
Mapa 3 (Benedito Novo e Timbó)	295
Mapa 4 (Pomerode, Rio dos Cedros e Timbó)	299
Mapa 5 (Blumenau e Pomerode)	305
Mapas 6 e 7 (Jaraguá do Sul)	316
Mapa 8 (Joinville)	322
Mapa 9 (São Bento do Sul)	328
Mapa 10 (Guabiruba)	332
Mapa 11 (Urussanga)	334
Bibliografia	340



# A P R E S E N T A Ç Ã O

○ FLUXO MIGRATÓRIO DO SÉCULO XIX

○ PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE NO BRASIL



Este trabalho procura apontar ao Brasil e aos brasileiros um dos justos motivos que a Nação tem para acreditar em si, no seu futuro e na capacidade de propor melhores dias aos seus cidadãos. Ele foi realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, a Lei de Incentivo a Cultura do Estado de Santa Catarina e diversos municípios do estado, contando com a participação de pesquisadores contratados.

Trata-se de apresentar mais um dos inúmeros contextos culturais existentes no Brasil – esses riquíssimos mosaicos resultantes da interação de tradições vindas dos mais diversos rincões do planeta ao ambiente geográfico de nosso país continental. São verdadeiros tesouros vivos, repletos de especificidades materiais e imateriais, que testemunham as diversas formas de apropriação da natureza por homens e mulheres que aqui protagonizaram episódios singulares e que, por suas particularidades, são únicos na história da humanidade. É digno de atenção o fato de a civilização brasileira, por razões que lhe são próprias, haver trazido ao mundo a possibilidade concreta de comprovar que os seres humanos, com suas diversas bagagens de tradição e de cultura, podem viver em paz e harmonia em um mesmo espaço geográfico, integrando uma grande nação.

Que não se veja nestas palavras um mero rasgo de ufanismo anacrônico. Os fatos que explicam a história e a vastidão do patrimônio cultural do Brasil freqüentemente são trágicos e baseados na força, na opressão, na injustiça e na desigualdade. Mas é também inegável que esse conglomerado populacional a que podemos chamar de povo brasileiro soube extrapolar, sob realidades políticas e sociais hoje inadmissíveis, a pequenez dos dominantes e a rigidez de seus credos. O mundo reconhece com espanto o que parece ser uma alegria inata, uma capacidade criativa inusitada e uma dimensão extraordinária da beleza humana. Como compreender, por exemplo, que sejam justamente os meninos e meninas do Brasil, muitos nascidos em situações de pobreza, os esportistas de diversas modalidades que mais se esmeram em passear pelos palcos do planeta com a sua bandeira multicolorida, como que dividindo o júbilo com o seu povo, a cada conquista? Não se trata de arrogância, de pretensão, nem de patriotismo caduco e exacerbado. São simples gestos que expressam sentimentos difusos, como noções de pertencimento, de auto-estima, e também de retribuição à gente sofrida que forma o conjunto do povo brasileiro: quase um consolo pelo muito que sabemos valer, pelo tanto que é necessário reparar e pelo pouco que nos é dado avançar.

Quando pensamos o Brasil para o futuro, os contextos preservados do passado precisam ser vistos como trunfos do desenvolvimento verdadeiro: o que atinge o âmago dos cidadãos, o que enaltece o ser humano em seus valores maiores, o que lhe confere dignidade e o faz assumir a sua dimensão espiritual inata. Nessa perspectiva, a identidade e as características culturais de cada grupamento humano devem ser tratadas como bases indispensáveis a um verdadeiro projeto nacional. Não quer dizer que todos os valores

herdados, por definição, precisam ser mantidos pela simples consagração de sua antiguidade. A mudança é obrigatória, mas ela pressupõe uma trajetória e uma direção próprias. Só assim será verdadeiramente possível avançar. Não quer dizer, tampouco, que se deva esquecer ou relegar a segundo plano as mazelas da história e as dificuldades presentes da nação. Ao contrário. O esforço de refletir, corrigir e reparar precisa ser permanente.

Do ponto de vista histórico, estigmas e incompreensões não devem ocultar o fato de que criamos uma civilização específica. O desconhecimento desse fato tem freqüentemente desviado os modelos e as visões de desenvolvimento que o Brasil tem perseguido, quase sempre apegados apenas a parâmetros econômicos e esquecidos dos valores humanos maiores. Quando esses modelos globalizados são implantados simploriamente, quase sempre trazem, como conseqüência, a desarticulação de contextos estabelecidos. E, em vez de ocorrerem transformações positivas, reacomodam-se as injustiças e redefinem-se novas formas de concentração de poder e riqueza.

Quando vamos atentar para a dimensão e a qualidade das conquistas humanas ocorridas no Brasil, para as especificidades que se criaram e para o papel que elas devem ter na superação de nossos problemas e deficiências?

É claro que não podemos, nem precisamos – e muito menos devemos – aspirar a começar tudo de novo. É preciso reconhecer e valorizar, em sentido amplo, as conquistas e os patamares alcançados e, ao mesmo tempo, refletir criticamente, com seriedade e isenção, sobre a adequabilidade da nossa herança coletiva ao mundo melhor e mais justo a que aspiramos. Eis o desafio: vencer a tentação fácil de um recomeço idealizado e aventureiro, comprometido mais com ilusões e desamores do que com o sentido maior de trajetória, e ir adiante, para a evolução e superação que merecemos, a partir de alicerces sólidos e confiáveis, capazes de sustentar um futuro que, mais fraterno, tenha o ser humano como referência.

É o que pretende este trabalho. Apresentar ao Brasil um de seus patrimônios – mostrado quase por inteiro –, partindo dos parâmetros geográficos de sua terra e históricos de sua gente. Reconhecido esse patrimônio, torná-lo um macro-instrumento sócio/econômico/cultural para gerar riquezas, proporcionar trabalho, reconhecer e valorizar especificidades, ampliar qualidade de vida e aperfeiçoar parâmetros ambientais.

Trata-se identificar e valorizar o Patrimônio Cultural derivado dos imigrantes oriundos de países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia, entre vários outros.

Um patrimônio que possui a mesma natureza, que se soma a muitos outros e que as vicissitudes da história permitiram que chegasse quase intacto até o século XXI.

Percorrendo o imenso território do Brasil, encontramos, quase que a cada parcela do espaço geográfico, uma diferente expressão da miscigenação e da adaptação de diversas tradições culturais milenares. Ocorrem-nos as grandes concentrações da Bahia, do Rio de Janeiro e do Maranhão, onde predominam especialmente as tradições trazidas da África negra. Quanta riqueza a ser reconhecida, que grande contribuição pode ali ser buscada! Além das reparações que precisam ser efetivadas pela indesculpável mancha da es-

cravidão, como desconhecer o valor da contribuição dos que foram trazidos ao Brasil como escravos e souberam, mais do que os outros, impregnar com a força da sua tradição o conjunto das manifestações culturais do Brasil?

E que dizer das áreas onde predominam as manifestações dos donos originais da terra, os indígenas, com a gama de tradições autóctones e com a bagagem cultural derivada do íntimo convívio do indivíduo com a natureza e suas benesses? Não são esses elementos vitais na procura – e no encontro – de um caminho verdadeiro para o Brasil?

E que dizer das manifestações que distinguem tipos humanos genuínos e autênticos, forjados na interação das raças, no bojo das histórias e das tradições regionais? Tais como os jangadeiros, os gaúchos, os vaqueiros de tantos rincões diferentes, dos campos do Piauí e dos sertões da Bahia, até as pradarias de Goiás e do Mato Grosso? E dos descendentes dos tropeiros e dos jagunços, com tradições que se estendem do Rio São Francisco aos pampas do Rio Grande?

E dos filhos de japoneses e italianos que sucederam aos escravos nos cafezais do século XIX e embasaram o crescimento urbano e industrial da moderna São Paulo? E dos portugueses, que em tempos relativamente recentes, vieram somar-se a seus patrícios que aqui haviam chegado há meio milênio? E dos numerosos espanhóis, antigos adversários, que escolheram esta terra para viver, engrossando principalmente as fileiras urbanas de Salvador e do Rio de Janeiro, entre várias outras capitais brasileiras? E os nipo-brasileiros que, originários do outro lado do planeta, disseminaram o café pelas planícies paulistas e pelo até então quase desconhecido norte do Paraná?

Quando o assunto são o desenvolvimento e a justiça social no Brasil, o que valem as experiências de vida, os lentos aprendizados, as histórias e os acúmulos culturais dos seringueiros, dos pescadores, dos vaqueiros, dos que atuam nos canaviais e dos que labutam na obtenção e no uso do couro, os que transformam o algodão em tecido, os que tecem rendas, bordam toalhas, fazem redes de dormir, trançam esteiras e balaios?

E os que, todos os dias, preparam as admiráveis peixadas, temperam os acarajés, catam mariscos, mexilhões, guaiamus, caranguejos, siris,



fabricam as farinhas e aguardentes, salgam a carne, mexem os pirões, plantam, colhem e adicionam os temperos, semeiam as saladas?

E os inúmeros brasileiros que distribuem todas essas riquezas? Quantos milhares de feiras, de pequenos mercados, de botecos, de comerciantes e biscateiros, que passam a vida oferecendo uma inacreditável gama de produtos, enganando incautos, pesando, apregoando, regateando – dando o troco!

E, ainda, que dizer dos que fazem música, dos repentistas, dos muitos milhares que fazem de um violão, de violas, gaitas e acordeões, os instrumentos de emoções e devaneios?

O Brasil transborda de música, de risos, de sabores e odores, entre a brisa fresca e o sol brilhante. É lastimável que essas maravilhas estejam ainda mescladas com a dor, com o medo, por vezes com a fome, e as mais diversas adversidades e injustiças, em especial a intolerância e a segregação. Como repará-las? Esquecendo a cor, a diversidade e a alegria?

Aqui falaremos sobre uma das vertentes que formam e tornam excepcional o Brasil moderno. É preciso que o país se debruce sobre cada uma delas, preservando-as no mesmo movimento de quem se reconhece, corrige, renova e valoriza. Porque potencializar o seu patrimônio é, sem dúvida, um dos requisitos do verdadeiro desenvolvimento brasileiro.





## ○ FLUXO IMIGRATÓRIO DO SÉCULO XIX

No Brasil, costuma-se agrupar, sob a denominação genérica de imigração, os fluxos populacionais induzidos, proporcionados por contingentes provenientes principalmente da Europa e da Ásia. Esses fluxos imigratórios começaram nos primeiros anos do século XIX e se incrementaram no período que vai de 1850, após o término da Guerra do Paraguai, até meados do século XX, quando eclodiu a Segunda Grande Guerra Mundial.

Na segunda metade do século XX, predominou a pequena escala dos deslocamentos, conferindo um caráter quase pessoal (ou familiar) à imigração. A participação e o estímulo do Estado praticamente desapareceram, e tanto os empreendimentos públicos quanto os particulares tornaram-se raros. Até a década de 1980 ainda foi intensa a chegada de novos imigrantes, mas, desde então, a tendência migratória inverteu-se, e um crescente número de brasileiros tem sido levado a buscar melhores condições de vida em outros países. De nação longamente estruturada para receber, o Brasil subitamente tornou-se fonte emissora da mão-de-obra jovem, que parte em busca das oportunidades que a sua terra não lhes soube proporcionar.

----

A base da história da imigração está nas oportunidades que o conhecimento e a conquista de novos espaços geográficos proporcionaram depois das grandes navegações do século XV e XVI, bem como na acomodação, primeiro da Europa e depois dos demais continentes, às transformações provocadas pela Revolução Industrial.

As descobertas marítimas do século XVI conectaram os europeus com os demais continentes, no momento em que os lucros do comércio e os avanços tecnológicos na construção de navios e na artilharia permitiram que os ocidentais iniciassem um longo predomínio de meio milênio sobre o planeta. Este domínio global provocou relações intensas que buscavam ajustar o mundo aos ditames da nova ordem econômica, social e política. Dentre as ocorrências de maior alcance, registraram-se trocas populacionais de grande monta, iniciadas com o deslocamento maciço de europeus para a Ásia, África, Oceania e, principalmente, para as Américas. Concomitantemente, milhões de negros africanos foram transpostos à força, como mão-de-obra escrava destinada ao trabalho forçado nas colônias do Novo Mundo. Os povos autóctones

também sofreram mudanças abruptas: a maior parte dos indígenas foi morta ou escravizada na América e na Oceania. Na África e no Oriente, boa parte do território foi submetida ao domínio comercial e político dos europeus.

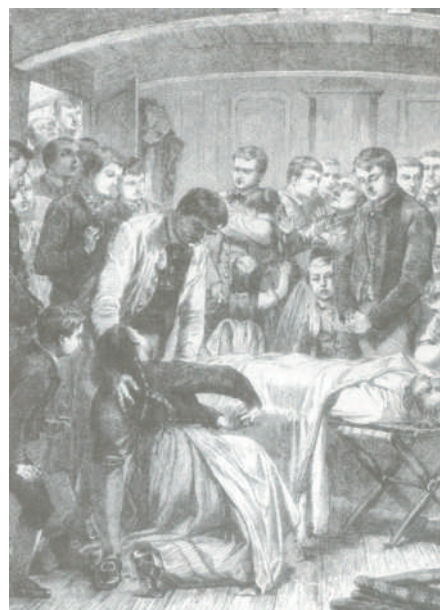
Essas alterações, que representaram a mudança de continente de milhões de pessoas, sob as mais diversas condições, provocaram choques terríveis e o quase extermínio dos povos originais da América e da Oceania, além da transmutação forçada das levas de africanos.

Com a invenção da máquina a vapor, a humanidade começou a romper os limites do indivíduo, da força dos seus braços, da tração dos animais amestrados e mesmo das formas incipientes de captação da força da natureza, como as rodas d'água, os moinhos e os barcos a vela. As transformações resultantes liberaram forças sociais e econômicas incomensuráveis e ampliaram o poder da Europa sobre os demais continentes.

Na Europa dos séculos XVIII e XIX, essas transformações foram intensas e romperam relações seculares, provocando o crescimento desenfreado e a explosão demográfica das cidades e a paulatina diminuição populacional da área rural. Houve um quase colapso da agricultura e do artesanato. Milhões de pessoas viram-se subitamente desalojadas de seus lugares e de suas atividades tradicionais. A alternativa de engajamento na nova ordem era duríssima: trabalho bruto e sem garantias, em jornada de trabalho acima de 15 horas, vivendo sem qualquer garantia de trabalho, em condições mais do que precárias de higiene, saúde e moradia.

Nesse contexto, a opção de milhões de pessoas foi emigrar.

O Brasil foi um dos lugares escolhidos, e Santa Catarina um dos estados que mais se valeu das oportunidades surgidas para ampliar a ocupação do seu território e aumentar seu contingente habitacional.



## ○ PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE NO BRASIL

Desde os anos 1980, tem crescido muito o reconhecimento da diversidade étnica de que é formado o Brasil. A noção, outrora tão presente, de uma pretensa homogeneidade da sociedade brasileira, em que a predominância lusitana, somada ao índio e ao negro, bastava para explicar a formação e as características históricas da Nação, praticamente desapareceu. Efetivamente, a partir do século XIX, imigrantes provenientes de múltiplas nacionalidades vieram ampliar extraordinariamente as contribuições que hoje permitem caracterizar o Brasil como um país multiétnico, fruto da contribuição populacional de praticamente todas as regiões do planeta. Iniciando por europeus não-portugueses, em especial alemães, italianos, poloneses, belgas, ucranianos, austríacos, húngaros e russos, aos que se juntaram japoneses, logo seguidos por grande número de chineses, gregos e árabes, somados a fluxos contínuos de portugueses e espanhóis, o fato é que, na atualidade, todos os rincões do território nacional se apresentam variados em sua composição étnica, e possivelmente não existe cidade ou povoado que não possua descendentes dos imigrantes dos séculos XIX e XX.

De todas as regiões brasileiras, foi no Sul do Brasil que esses novos contingentes tornaram sua presença mais manifesta. Em Santa Catarina existiam condições especiais para a recepção aos imigrantes e ainda hoje persistem possibilidades singulares de apresentar o contexto dessa história

A travessia do Atlântico à bordo dos navios guardava uma série de dificuldades, marcada por um cotidiano de privações, doenças e muitas mortes. Nas novas terras, muitas cidades foram originadas a partir da chegada de milhares de imigrantes. A imagem ao lado mostra uma das ruas de Joinville no início do século XX.

FONTE IMAGENS: Suíços em Joinville - o duplo desterro. Dilney Cunha



notável. O território não havia tomado parte de nenhum ciclo econômico que justificasse, por si só, a sua ocupação. Até meados do século XVIII, ou seja, quase 250 anos depois do Descobrimento, permanecia quase despovoado de europeus e seus descendentes. Indígenas, escorraçados do litoral ou sobreviventes dos ciclos de apresamento indígena patrocinados pelos paulistas nos séculos XVI e XVII, habitavam a vastidão de serras e planaltos. Aos olhos da época, essa situação equivalia a um absoluto deserto demográfico, exatamente na região onde primeiro portugueses e espanhóis, e depois brasileiros e platinos, divergiam sobre seus pretensos direitos históricos e acerca das fronteiras que deveriam marcar o seu convívio.

Sendo assim, vinha de longe a intenção lusitana de povoar o atual estado catarinense.

A primeira iniciativa concreta de ocupação induzida deu-se ainda no século XVII, quando as primeiras povoações estáveis foram fundadas no litoral catarinense. Antes da metade do século XVIII, houve nova iniciativa, com a fortificação da Ilha de Santa Catarina e a criação da Capitania com o mesmo nome. Poucos anos depois, em 1748, registrou-se a primeira ação migratória clássica, que ocorreu com a vinda de casais provenientes das Ilhas Atlânticas, em especial dos Açores. Décadas mais tarde, assinalam-se tentativas de povoação com colonos portugueses.

Logo depois da Independência, quando o Brasil já passara pela experiência de ter-se tornado sede do Império Português e abrira seus portos às “nações amigas”, surgiram oportunidades para o ingresso de populações não-lusas, a começar por alemães de diversas procedências. Essas primeiras correntes de novos brasileiros, que chegaram por experiências pioneiras no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e na Bahia, foram prejudicadas pelo conturbado período político das Regências. Os episódios freqüentemente traumáticos dessa primeira fase foram, aos poucos, superados, e a imigração para o Brasil conheceu momentos de grande intensidade a partir de meados do século XIX, tornando-se um fluxo contínuo, só atenuado a partir da segunda metade do século XX.

Durante a Segunda Grande Guerra, o mosaico étnico que caracteriza Santa Catarina e o Sul do Brasil foi colocado sob suspeição, registrando-se, então, inúmeras ações governamentais, justificadas ou não, de repressão às manifestações culturais dos imigrantes, em especial alemães, italianos e japoneses.

Seguiu-se o conturbado período histórico do pós-guerra, marcado no plano nacional pelo nacionalismo de Vargas, o otimismo desenvolvimentista de Juscelino e os anos de chumbo da ditadura militar, em que o milagre brasileiro e o desenvolvimento a qualquer custo ainda atraíram levas de imigrantes de diversas procedências ao país. Nos anos seguintes, o preço pelos devaneios econômicos impôs sua lógica perversa e o Brasil teve seu crescimento estagnado, com a redução drástica da capacidade de gerar novos empregos.

Ao mesmo tempo, o regime de força e a ausência de liberdade política tornavam praticamente impossível uma compreensão mais aberta e democrática da nação e da sociedade brasileira.

Encerrado o regime militar, abriu-se espaço para uma visão menos simplista e muito mais reflexiva sobre o país. Aos poucos, a obsessão



totalitária por um crescimento globalizado cedeu espaço ao reconhecimento das especificidades, que passaram a ser vistas como potenciais, ligados a identidades, tradições e diferenciais que chegaram a particularizar cidades e regiões inteiras do país.

O patrimônio dos imigrantes enfrenta sérios desafios na atualidade. Não bastassem as tendências globalizantes do mundo moderno, em Santa Catarina as rápidas transformações sócio-econômicas, em especial a decadência da pequena agricultura, provocaram o abandono de muitas das propriedades rurais. Como resultado, registra-se o desaparecimento de vários dos exemplares arquitetônicos e dos conjuntos urbanos e rurais mais importantes, colocando todo esse contexto cultural em séria condição de risco. A situação exige uma ação rápida e enérgica por parte das autoridades e dos técnicos envolvidos com a preservação do patrimônio cultural, com a assistência e o desenvolvimento agrícola e com os próprios parâmetros de qualidade de vida da população catarinense. Embora diversas obras de manutenção e restauração tenham sido realizadas nos últimos tempos, essas ações, praticadas principalmente pelo IPHAN e por alguns municípios, não puderam garantir a sobrevivência integral desse enorme patrimônio – único e insubstituível. Há evidente necessidade de uma postura nacional de preservação, conservação e restauração do patrimônio dos imigrantes, competentemente partilhada entre o IPHAN, o Estado de Santa Catarina e os municípios envolvidos.

Retratos do cotidiano das famílias de descendentes de imigrantes. As várias gerações, o cuidado com os animais, as crianças, os afazeres domésticos.

FONTE IMAGENS: Edição da Comissão de Festejos “Centenário de Blumenau”



CONTEXTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO

A EUROPA

O BRASIL NO SÉCULO XIX

## A EUROPA

Iniciando-se pela Inglaterra, a Revolução Industrial mudou radicalmente o mundo, que, desde então, vem trocando a força e a escala do homem pelas infindáveis possibilidades da máquina. Alteraram-se as relações de trabalho, inflaram-se as cidades, rompeu-se o predomínio da vida agrícola sobre a urbana, mudaram os produtos, sua quantidade, o comércio em geral e as possibilidades de acesso da população aos bens de consumo. As rápidas transformações de Londres ilustram o período.

Leonardo Benevolo, que enquadra a Revolução Industrial como “uma das passagens fundamentais da história humana” – juntamente com a revolução agrícola neolítica e a revolução urbana da Idade do Bronze –, relata, em sua *História da Cidade*, que “Depois da revolução de 1689, a monarquia constitucional inglesa se torna em breve tempo a primeira potência econômica da Europa; Londres substitui Amsterdã como centro do comércio e da finança mundial, e cresce até tornar-se a maior cidade da Europa; em meados do século XVIII é maior do que Paris e em fins do século XVIII é a primeira cidade ocidental que chega a um milhão de habitantes”. Benevolo comenta que, em 1851, a população de Londres já alcançava a cifra de dois milhões e meio de pessoas, “superando qualquer outra cidade do mundo antigo e moderno”.

Essa tendência alcançou as cidades inglesas e espalhou-se pelo mundo. Em 1760, Manchester tinha 12.000 habitantes; na metade do século XIX, alcançava 400.000.

O Atlas da História do Mundo, editado por Geoffrey Barraclough e originalmente publicado pela Times Books – no Brasil pela Folha de S. Paulo –, traz um ponto de vista interessante, tanto pelo panorama geral que oferece, quanto pelo contato com uma visão tipicamente norte-americana do assunto:

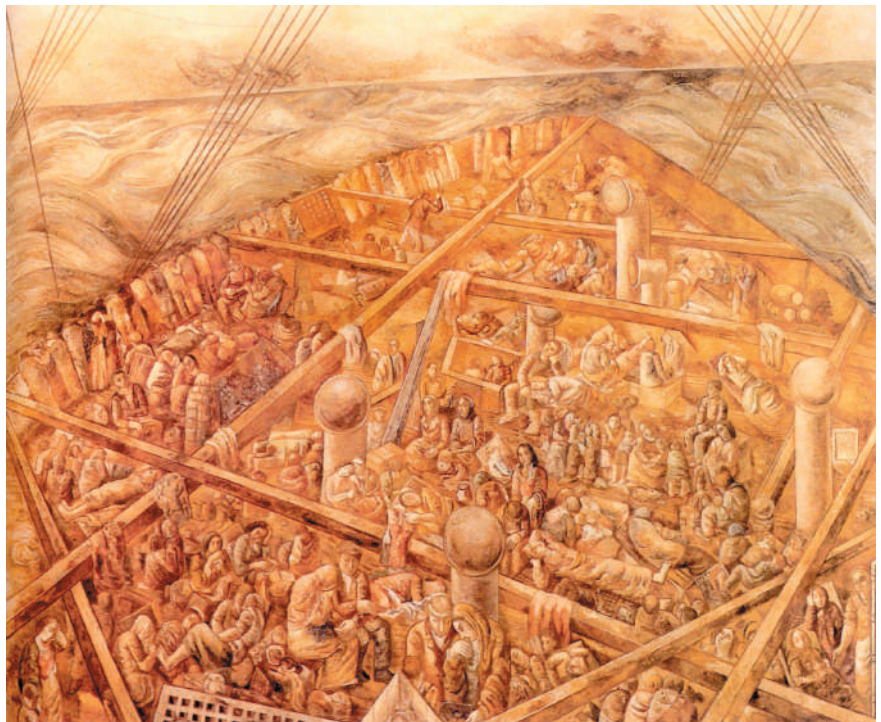
“Estima-se que no século XIX a população mundial tenha crescido mais rapidamente do que em qualquer outro período até então: de cerca de 900 milhões para 1,6 bilhão de habitantes (no século XX iria crescer quatro vezes mais). A população da Europa cresceu de 190 milhões para 423 milhões. Entre 1810 e 1910, os povos europeus – emigrantes e seus descendentes – estabelecidos nas Américas do Norte e do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Sibéria e as populações dessas regiões aumentaram de 5,7 milhões para 200 milhões. Nos cem anos anteriores a 1914, a população dos três principais países industrializados (Reino Unido, Alemanha e EUA) aumentou quase cinco vezes.



Neste quadro de crescimento há exceções como a Irlanda, que sofreu uma redução de população de 8,2 milhões em 1841 para 4,4 milhões em 1911.

Vários fatores contribuíram para o aumento da população no século XIX. Na Europa, nos EUA e nas colônias e áreas de influência dos Estados europeus, métodos aperfeiçoados de produção industrial e agrícola aliados a meios de comunicação eficientes forneceram trabalho e alimento para populações em crescimento. A extração mineral e a agricultura praticadas pelas potências coloniais em seus territórios ultramarinos abasteceram de matéria-prima e alimento os países industrializados. Grã-Bretanha, França e Alemanha não foram atingidas pelas grandes fomes que flagelaram a Irlanda em 1847, a Índia em 1866 e 1877, a China em 1878 e a Rússia em 1891.

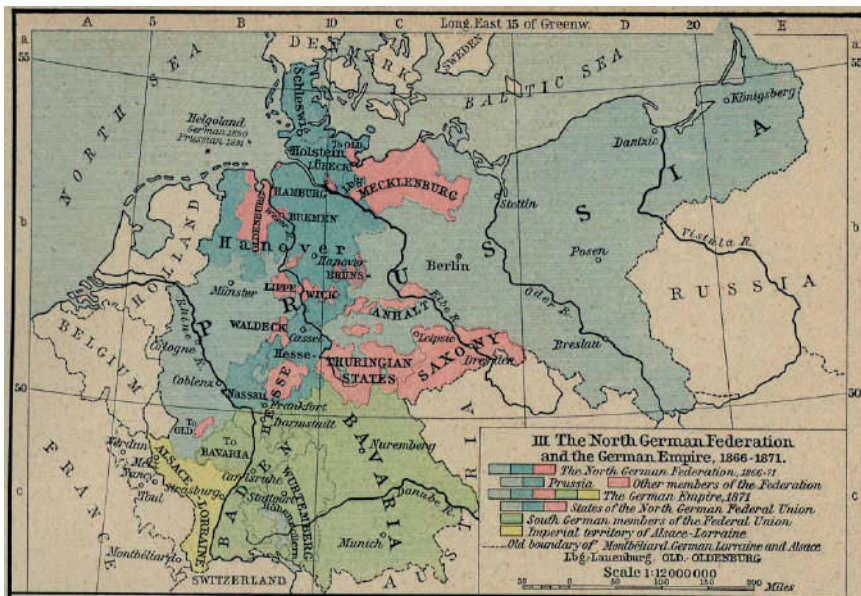
O progresso na Medicina e a adoção de melhores padrões de higiene pessoal reduziram as taxas de mortalidade por cólera, tuberculose, varíola, tifo e febre tifóide. O crescimento demográfico não aconteceu de modo uniforme em áreas urbanas e rurais. A expansão de antigas cidades, a criação de novos centros urbanos e a redução da população nas áreas rurais são características da era industrial. As populações de algumas cidades cuja história remontava os tempos medievais – Londres, Colônia, Lion, Moscou, e outras - aumentaram muito no século 19. Pequenas aldeias ou cidades que



Navio dos Imigrantes, 1939-41.  
Tela de Lasar Segall retratando o convés de um dos muitos navios de imigrantes que vieram para o Novo Mundo.

sequer existiram no século anterior surgiram como grandes centros industriais, comerciais ou mineradores. Middlesbrough e Barrow, no Reino Unido; Gelsenkirchen, Oberhausen e Königshütte, na Alemanha; Lodz, na Polônia e várias cidades nos EUA e nas colônias britânicas foram exemplos desse tipo de crescimento.

As populações não apenas cresceram mais rapidamente no século XIX, mas também migraram em escala considerável. Milhões de pessoas se transferiram da Europa para os EUA ou para as colônias britânicas na América do Norte, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, formando comunidades brancas que produziam para os países de origem. A “europeização”



Mapa apresentando as divisões do Império Alemão entre 1866 e 1871.

de territórios de ultramar foi fator significativo para o aumento da influência política dos principais Estados europeus em todo o mundo. Migrações dentro de Estados ou regiões incluíam deslocamentos de trabalhadores em busca de emprego, quer no campo durante as colheitas, quer nas cidades para trabalhar em fábricas, minas ou obras públicas. Irlandeses buscavam trabalho em Liverpool, Manchester e Glasgow. Poloneses transferiram-se para as minas de carvão do Ruhr. Algumas migrações foram de caráter temporário. Os irlandeses que iam à Inglaterra e à Escócia para colher batatas retornavam às suas cidades quando a colheita chegava ao fim. Trabalhadores sazonais italianos iam trabalhar na França, Alemanha, Suíça e até na Argentina. Estima-se que em 1914 existiam 3 milhões destes operários migrantes. Na Rússia alguns camponeses conseguiam emprego em fábricas no inverno e retornavam às lavouras no verão. Migrações de um país para outro, devido às longas distâncias, costumavam ser permanentes.

Entre os que deixaram sua terra natal, havia os transferidos compulsoriamente. Condenados foram levados da Inglaterra para a Austrália até 1867 ou da França para a ilha do Diabo. Da mesma forma, presos políticos russos foram exilados na Sibéria e escravos negros embarcados da África Ocidental para as Américas ou de Zanzibar para a Arábia. O comércio escravo no Atlântico, embora proibido por acordos internacionais após as guerras napoleônicas, subsistiu, ainda que em escala reduzida, até a metade do século 19. Só na década de 1890 o comércio escravo árabe da costa oriental da África foi extinto.

Dois fatores influenciaram a migração e o destino dos migrantes. Primeiro, as condições na terra natal eram insatisfatórias e, segundo, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia tinham muito a oferecer aos novos colonos. Alguns emigraram por perseguições religiosas ou políticas. Liberais alemães hostilizados pela polícia de Metternich ou judeus russos que temiam por suas vidas encontraram refúgio nos EUA. Mas a maior parte dos emigrantes da Europa buscava um novo lar, enfrentando perigos e dificuldades para cruzar o Atlântico em direção à América do Norte. Os irlandeses, que emigraram à época da grande fome de 1847, e os camponeses alemães, que abandonaram suas pequenas propriedades em Baden e Württemberg um ou dois anos

depois, nada tinham a perder. Sempre que ocorria uma recessão econômica nas regiões industriais da Europa, certo número de desempregados emigrava. Terra barata ou até gratuita para agricultores, boas perspectivas de emprego em mineração e na indústria, além da existência de instituições democráticas, faziam dos EUA uma terra prometida. A esperança de fazer fortuna levou milhares de imigrantes para a América e Austrália durante as corridas do ouro da Califórnia (1849) e Victoria (1851).

Na primeira metade do século 19, o grosso da emigração européia partiu do Reino Unido (2,4 milhões) e Alemanha (1,1 milhão). Na segunda metade do século, aos imigrantes do Reino Unido (9,5 milhões) e Alemanha (5 milhões) vieram juntar-se a outros da Itália (5 milhões), países escandinavos (1 milhão), Bélgica, Espanha e Balcãs. Os ingleses foram para os EUA e colônias britânicas e os alemães dirigiram-se à América do Sul (em especial ao Rio Grande do Sul, Brasil) e aos EUA (Pensilvânia e Estados do Meio-Oeste). Emigrantes franceses se localizaram na Argélia; italianos, na Tunísia e Argentina; e russos, na Sibéria. Estima-se que o grupo branco da população mundial cresceu de 22% em 1800 para 35% em 1930.

Também ocorreram grandes deslocamentos demográficos na Ásia e através dos oceanos Índico e Pacífico. A partir da China houve um fluxo contínuo de colonos para o Sião (Tailândia), Java e península da Malásia. Chineses também emigraram para a Califórnia, Colúmbia Britânica e Nova Gales do Sul. Vindos da Índia, os emigrantes cruzaram o oceano Índico em direção a Natal (África do Sul) e África Oriental. Na África Oriental Britânica, terminaram superando os brancos em número e, provavelmente, em riqueza. Alguns imigrantes chineses e indianos, porém, eram trabalhadores braçais contratados por empreiteiros por prazo fixo para trabalhar em minas, plantações ou obras públicas. Este sistema de mão-de-obra contratada dava margem a graves abusos que somente aos poucos foram sendo eliminados.”

No caso da imigração para Santa Catarina, predominaram, primeiramente, os imigrantes provenientes da Alemanha.



Mapa da colônia Rio Novo, com pequenos textos de propagandas nas bordas, em diversas línguas, incentivando os colonos a emigrarem. Do Engenheiro C. Cintra, Espírito Santo, 1872.

.Segundo Jorge Luiz da Cunha, em seu artigo sobre as causas da vinda dos imigrantes alemães para o Brasil <sup>1</sup>, os rearranjos internos da sociedade alemã iniciaram-se ainda no século XIII e entraram em fase aguda no século XIX. Uma série de distúrbios teria marcado o estabelecimento da Confederação Alemã (com sede em Frankfurt), após o Congresso de Viena realizado, em 1815, para reorganizar a Europa depois da derrota de Napoleão Bonaparte. Profundas transformações apontadas pela expansão do capitalismo sobre um quadro de declínio do feudalismo caracterizaram os primeiros passos rumo à unificação alemã.

As décadas de 1820 e 1830 marcariam o início da Revolução Industrial alemã, que alcançou seu ápice logo após a unificação em 1871, provocando uma crescente urbanização, acompanhada de um também crescente esvaziamento do campo.

Em 1800, apenas Berlim e Hamburgo tinham mais de 100 mil habitantes; nenhuma outra cidade alemã ultrapassava 200 mil. Em 1850, Berlim tinha 400 mil e Hamburgo, Breslau, Munique, Dresden e Colônia tinham entre 100 mil e 150 mil. Em 1870, dez cidades tinham mais que 100 mil habitantes e Berlim tinha quase 1 milhão.

O processo de expansão capitalista iniciou-se na Alemanha muito antes do século XIX, mais nitidamente no oeste e no sul, onde a decomposição das estruturas feudais libertou camponeses e artesãos, colocando-os à disposição do mercado como vendedores da sua força de trabalho. O declínio do feudalismo nos estados alemães ocidentais se intensificou sob a influência das idéias revolucionárias francesas de 1789 e do ideário liberal bonapartista.

Foi nas províncias do Reno-Westfália que o Estado prussiano teria concentrado forças para o desenvolvimento de uma fabulosa zona industrial. Essas províncias contavam com cidades importantes, com longa tradição de autonomia municipal, comércio e manufatura, e ali se encontravam enormes jazidas minerais.

O desenvolvimento de uma economia de mercado destruiu todas as formas econômicas autônomas e sociais e as vinculou ao mercado. Os camponeses que trabalhavam para si mesmos foram substituídos por um novo tipo de população rural – produtores de mercadorias agrícolas e operários agrícolas assalariados. Esses trabalhadores transformaram-se em consumidores da produção industrial, retroalimentando o processo que os produziu como categoria. O complexo processo de acomodação resultante dessas mudanças criou um contingente de milhões de desalojados, que não conseguiam espaço de vida e trabalho no novo sistema. Para muitos, a alternativa mais promissora era emigrar.

## O BRASIL NO SÉCULO XIX

Desde o início do século XIX ocorreram transformações consideráveis na história, na economia e na sociedade brasileira. Um dos mais fechados países do planeta, tratado com grande avareza pelo decadente império português, viu-se surpreendentemente alçado à condição de sede do império e moradia da própria família real. Além do impacto provocado pela presença de quase 15 mil pessoas ligadas à corte no Rio de Janeiro, a abertura dos portos aos navios e ao comércio inglês teve como resultado o verdadeiro início da comunicação do Brasil com o mundo da época. Os recém-chegados membros da aristocracia lusitana surpreenderam-se com os costumes e as vestes – que consideraram ridiculamente arcaicas – que então se usavam no Brasil, em especial em São Paulo. Não era de espantar. Imprensa e indústrias eram proibidas. O comércio era virtual monopólio de Portugal e seus navios. As licenças para o ingresso de estrangeiros eram raras. A economia era baseada na escravidão; a igreja, onipresente nos negócios do estado e na vida dos cidadãos.



A chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, resultou na abertura dos portos brasileiros, fator que possibilitou definitivamente a vinda maciça de imigrantes ao país.

Os navios estrangeiros, que obtiveram licença para operar logo que a família real chegou ao Brasil, renovaram os estoques de bens disponíveis e alteraram hábitos de vida arraigados. Os próprios dirigentes portugueses tomaram medidas renovadoras importantes, como a organização da Missão artística francesa, a criação do Banco do Brasil e a abertura da Biblioteca Real.

Quando, poucos anos depois, os ventos políticos da Europa levaram os governantes de volta para Portugal, o Brasil já era uma nação de

fato. Teria sido o próprio monarca quem, depois de tomar a decisão de deixar na América seu filho mais velho, herdeiro do trono lusitano, sugeriu que ele próprio encabeçasse um eventual movimento de independência.

Veio a separação e, com ela, uma curta guerra entre Brasil e Portugal, o que não impediu a coroação do próprio Bragança como primeiro Imperador do país recém-nascido – sem perder os direitos ao trono europeu. O jovem mandatário determinou a substituição do vermelho e verde, tradicionais cores de Portugal, pelo verde e amarelo do Brasil, mas, segundo seus detratores, pouca coisa teria mudado afora isso.



Enquanto D. Pedro II não alcançava a maioridade, o país foi governado por regentes. Durante a Regência Trina a experiência com as colônias de imigrantes se intensificou.

Quadro "Juramento da Regência Trina". Araújo Porto Alegre. Museu Imperial - Petrópolis/RJ.

D. Pedro I mostrou-se um político instável e autoritário, acusado de manter os interesses portugueses em privilégio, e logo perdeu a grande popularidade que acumulara. Com dificuldades para lidar com o momento político assinalado pelo final do absolutismo, o Imperador, desgastado e no centro de enorme descontentamento, abdicou do trono. A desordem política que se instaurou só foi amenizada quase uma década depois, com a posse antecipada de seu filho, o segundo Imperador, então um menino de quinze anos de idade. Foi nesse conturbado período entre os dois reinados, quando o governo foi exercido por políticos a título de regentes, que surgiram as primeiras experiências com imigrantes. Como se poderia prever, os resultados foram desalentadores, devido exatamente ao clima de instabilidade política, que conturbava o país e trazia, consigo, desordem administrativa e financeira.

Ao contrário do pai, o Imperador Pedro II, embora de caráter conservador, era culto e contemporizador. Um longo reinado de aproximadamente meio século, cuja primeira parte foi tomada por lutas internas e externas, trouxe para o Brasil décadas de dificuldades suplementares. No campo interno, foi preciso combater revoltas que ameaçavam a integridade nacional; no externo, enfrentar a Guerra do Paraguai – que o país não queria e para a qual não estava preparado. Entretanto, depois de 1850, livre das conflagrações e embalado pelas divisas do café, o país pôde enfim retomar o desenvolvimento para o qual parecia predestinado.

Esse novo momento foi extremamente propício à imigração. Em cinquenta anos, o ritmo de chegada dos imigrantes cresceu vertiginosamente. A política do Segundo Império possibilitou, entre 1840 e 1890, consi-

Litografia de Debret, de aproximadamente 1826, representando a Colônia Nova Friburgo. Primeira colônia fundada no Brasil, no ano de 1819 na Província do Rio de Janeiro, era formada na maioria por colonos suíços. As primeiras experiências com colônias de imigrantes enfrentaram dificuldades de implantação e adaptação - como também foi o caso da Colônia Leopoldina, na Bahia - e não obtiveram o mesmo sucesso daquelas que foram posteriormente implementadas no sul do país.

derável desenvolvimento ao país, mas não foram alterados o caráter agrícola da economia nem a base de trabalho em que esta se apoiava: a escravidão negra. Por décadas, o trabalho livre conviveu com o braço escravo, circunstância que dificultou a arregimentação de imigrantes – amedrontados por notícias que acenavam com o cativo assim que pisassem no Brasil. Quando finalmente foi abolida a escravidão, a monarquia foi derrubada e o país atravessou novas tribulações políticas, ocorridas já sob a égide do novo governo republicano, cujos primeiros anos foram tumultuados por motins militares, golpes de estado e revoluções. Ainda assim, o ritmo do acesso de novos imigrantes quase não se alterou, com registro de novos recordes até a conflagração da Primeira Grande Guerra. Superado o conflito, a imigração conheceu novo surto, até que a Segunda Guerra veio encerrar o período clássico das imigrações para o Brasil.



## AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO

Havia muito se discutia a conveniência de receber, também no Brasil, trabalhadores livres, que mudassem pouco a pouco a característica escravocrata da sociedade colonial. No notável trabalho intitulado História Geral da Civilização Brasileira, Sérgio Buarque de Holanda atribui ao sempre perspicaz Marquês de Pombal a iniciativa de “criar, tanto no extremo norte quanto no sul, por intermédio de colônias uma classe média, econômica e socialmente independente dos latifundiários”. As primeiras experiências com açorianos, no norte, frustraram-se, principalmente em função da mentalidade que considerava o trabalho manual humilhante ao homem branco, apesar de cada colônia ser dirigida por um inspetor – oficiais ativos que “Sobretudo deviam evitar que os colonos se dedicassem ao abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o desprezo do trabalho manual”.

A vinda da família real portuguesa, com seu forçado sopro liberalizante, trouxe os navios estrangeiros aos portos nacionais, até então exceção no virtual monopólio exercido pela bandeira lusitana. Abria-se o Brasil para o mundo e, desde 1808, um decreto permitia, pela primeira vez, a imigração de não-lusitanos. Era natural que, podendo vir ao país, alguns estrangeiros acabassem se fixando nele. Sob a influência de seu Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o Príncipe Regente assinou Carta Régia considerando que “o real serviço e o bem estar do povo exigiam lavoura e colonização que são medíocres nestes estados”, para “promover e dilatar a civilização do vasto reino e o crescimento de habitantes afeitos aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os estados que os agasalham”<sup>2</sup>.

Em 1820 foi formulado um decreto dirigido “aos diversos povos da Alemanha e outros Estados”. Em seguida, colônias pioneiras foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia, em relação às quais persistiam dúvidas sobre se eram baseadas no trabalho livre. Segundo Sérgio Buarque, a primeira colônia com características efetivamente novas foi a de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, formada com 1600 suíços, depois reforçada por 284 alemães. Os delicados momentos políticos que se seguiram não impediram novas providências, impulsionadas por José Bonifácio e encorajadas, talvez, pela princesa Leopoldina. Anteriores ao segundo reinado, foram fundadas várias colônias, muitas vezes com a participação de soldados transformados em agricultores. São Pedro Alcântara, em Santa Catarina, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foram duas das mais importantes. Ainda segundo Sérgio Buarque, “Não vieram os colonos em busca de aventuras, de ouro, do enriquecimento fácil, para ‘fazer a América’ e para voltar enriquecidos quanto antes para a Europa; não vinham também como indivíduos solteiros, e sim como chefes de família, com a mulher e os filhos. Emigravam da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos; em todo o caso, pretendiam adquirir uma propriedade agrícola e tornar-se economicamente independentes. Alguns vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela Imperatriz conterrânea no trono e pelo Imperador com a fama de liberal e constitucional”.

Cartaz de contra-propaganda à imigração alemã para o Brasil. Os relatos negativos contribuíram para criar uma imagem negativa do Brasil. O cartaz abaixo foi divulgado em territórios alemães tentando demonstrar como seria a vida dos colonos que viessem para o país.





Para o governo brasileiro, esse movimento internacional atendia a diversas necessidades internas e externas.

Uma delas era de ordem estratégica e destinava-se a ocupar áreas tidas como devolutas (eram habitadas por índios), situadas nos mal demarcados limites sul do Império. Era exatamente nessa região que se encontravam as divisas com a Argentina, país que disputava com o Brasil a hegemonia política e militar na foz do Rio da Prata. Desde os primórdios das navegações na América, o Rio da Prata era ponto de divergência entre espanhóis e portugueses. Ainda no século XIX, a área era considerada vital para os interesses brasileiros, inclusive porque continuava sendo a principal via de acesso para a vasta província do Mato Grosso.

Também não escapava, aos políticos e administradores da época, que o crescimento populacional era um imperativo do momento, e que a chegada de novos contingentes populacionais só poderia desenvolver o país e abrir-lhe novos horizontes. Nesse período, o crescimento dos Estados Unidos, inclusive como poderio econômico e militar, era um exemplo indesmentível do impulso que os imigrantes poderiam trazer para os seus países de adoção.

Além de permitir a ocupação das áreas férteis consideradas como vazios demográficos na época, ou abrir novas fronteiras agrícolas, a chegada dos imigrantes atenuava uma questão vital: a substituição da força de trabalho. O Brasil era das últimas nações a ainda admitir a escravidão e fazer dela a sua forma básica de mão-de-obra e geração de riquezas. Sendo a estrutura política quase que totalmente dominada pela elite dos grandes produtores rurais, só a muito custo e com grande lentidão estabeleceu-se, no Brasil, a constatação de que a era da escravidão chegara ao fim, e que o país precisava tomar medidas drásticas para substituí-la pela nova força de trabalhadores livres.

Desde os tempos coloniais, a economia se baseava em poucos produtos cultivados em enormes latifúndios, permitindo a concentração da renda e do poder político. Esse setor produtivo, estabelecido em bases que foram mantidas arcaicas para o período da revolução industrial, se opôs com tenacidade à industrialização e demorou em assimilar a possibilidade do trabalho assalariado. Houve capítulos de luta surda no governo imperial e nas províncias, de oposição à imigração e ao que ela representava para o país, por parte dos que defendiam abertamente a conveniência de o Brasil fortalecer-se como fornecedor de produtos agrícolas.

Esses contratempos não foram suficientes para sustar a imigração em todas as províncias brasileiras, mas prejudicaram vários empreendimentos nas diversas regiões onde se implantaram colônias de imigrantes. Com o tempo, entretanto, prevaleceu o êxito obtido nas fazendas paulistas de café, que, depois dos percalços iniciais, se mostraram extremamente produtivas, e nas pequenas propriedades do Espírito Santo e do Sul do Brasil. Deve-se destacar que, além do governo imperial, muitas das províncias demonstraram desde o começo grande interesse nos empreendimentos migratórios, por verem neles alternativas palpáveis de aumento populacional, progresso e desenvolvimento.

Havia, entretanto, outro interesse menos confesso do Brasil e, diga-se a verdade, da maioria dos países americanos que se empenharam em trazer imigrantes: o de “embranquecer a raça”. Essa visão, larga e abertamente defendida, fazia parte de um entendimento europeizado, vigente nas elites que

administravam as nações recém-libertas do jugo colonial e que lutavam para se enquadrar nos estreitos parâmetros considerados civilizatórios na época. Seus olhos se admiravam com o desenvolvimento alcançado pelos Estados Unidos e o atribuíam à composição racial deste país. Segundo essa visão, os contingentes que tinham formado a nacionalidade brasileira, constituída majoritariamente por brancos vindos de Portugal, negros vindos da África e indígenas autóctones, seria um empecilho à modernização do país. Em outros países latino-americanos, os indígenas que formavam o segmento original e a maioria da população eram as vítimas desses preconceitos. Era preciso trazer novos contingentes raciais, supostamente mais inclinados ao labor dos tempos da industrialização, conforme entendiam muitos dos dirigentes da época. Para os que tinham essa noção de mundo, eram os louros moradores do centro e do norte da Europa os que tinham uma predisposição inata para o trabalho metódico, para os engenhos mecânicos e para as renúncias que a civilização impunha a seus membros.

Movido por esses e outros motivos, o governo brasileiro passou a atuar com afinco na tarefa de arregimentar interessados em seu projeto populacional/estratégico. Se a promulgação das primeiras leis e decretos destinados ao recebimento de novos moradores iniciara ainda durante o governo de D. João VI, os anos e as décadas seguintes, até bem adiante do advento da república, testemunharam um contínuo esforço de estimular a imigração. O governo funcionou como uma espécie de sócio de muitos dos empreendimentos que se estabeleceram, contratando e pagando ordenados aos recém-chegados, até que pudessem tirar o sustento de suas terras. Também houve atrasos, promessas não cumpridas, burocracia e incompreensão, mas o saldo é indelével: a ação governamental foi fator decisivo para o sucesso da maioria dos empreendimentos migratórios que se desenvolveram satisfatoriamente.

Desencadeado o processo de imigração da Europa para a América, o Brasil demorou muito para se incorporar a esse globalizado ciclo de povoamento induzido. O país precisou primeiro se decidir pelos imigrantes (o que significava tomar decisões importantes) e, depois, reunir condições para que as famílias que desejavam emigrar optassem pelo Brasil (o que significava implementar medidas importantes). O ingresso tardio na habilitação pela preferência dos imigrantes; os problemas políticos, militares e econômicos da primeira metade do século XIX; a divulgação das dificuldades ocorridas com as experiências migratórias pioneiras no Primeiro Império e nas Regências; a fama de país escravocrata e o clima quente foram as principais dificuldades encontradas.

Nesses primeiros anos, os imigrantes europeus deslocaram-se principalmente para a América do Norte. Diversas razões são apontadas para explicar essa opção, tais como o rápido crescimento urbano e industrial dos Estados Unidos, a familiaridade do clima e da religião, a liberdade política, além da já comentada imagem negativa do Brasil daquele período. Havia intensa propaganda contrária e inclusive organizações voltadas para a proteção dos emigrantes alemães que haviam optado pelo Brasil (o Dr. Hermann Blumenau pertenceu a uma delas e chegou a ser hostilizado quando resolveu iniciar seu empreendimento em Santa Catarina).



Filha do Imperador da Áustria Francisco I e da Imperatriz Maria Teresa, Dona Leopoldina foi escolhida entre a Corte Austríaca para casar com o Príncipe D. Pedro I. Leopoldina exerceu papel importante na independência do Brasil.

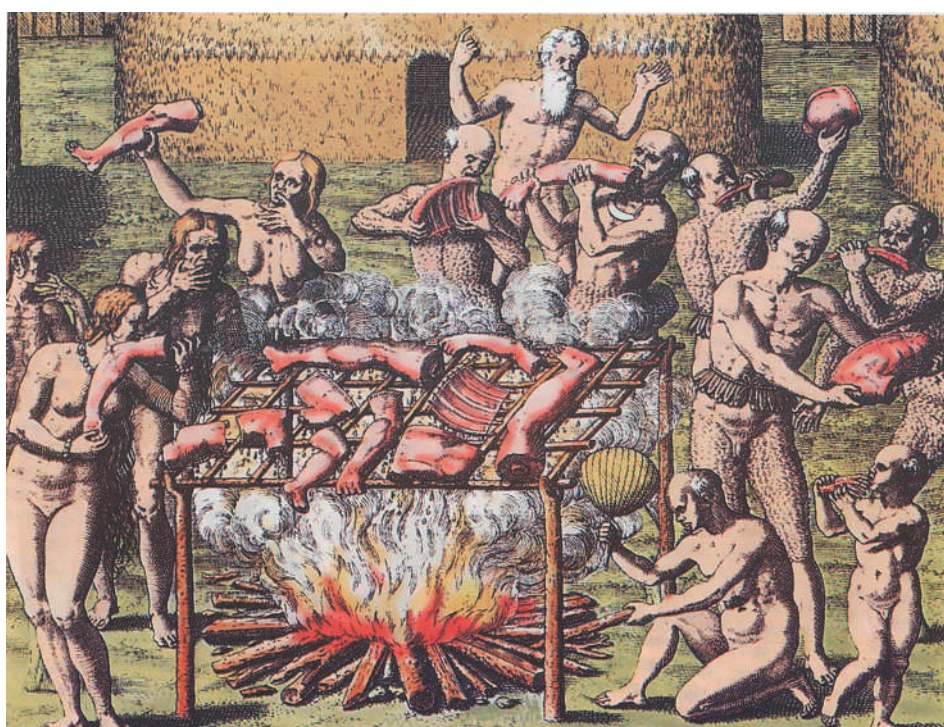
Sobre as razões do insucesso de algumas colônias, o Dr. Blumenau também aponta, no seu relatório, a má-fé de algumas pessoas contratadas pelo governo brasileiro e responsáveis por trazer os imigrantes e estabelecê-los nas terras:

“É uma calúnia repugnante e uma injustiça culpar o Governo brasileiro pelo insucesso de alguns empreendimentos de colonização em seu território, pois nessas colonizações muitos colonos foram ludibriados e houve muita miséria. (...)”

Em 1818, D. João VI tinha a melhor das intenções com a fundação da colônia Nova Friburgo. Ela custou-lhe 4 milhões de cruzados (dois milhões de Thaler), mas seus agentes, principalmente o infame ‘vendedor de almas’ Gochet, asfixiaram a iniciativa ao nascer. Transportaram com uma minoria de colonos honestos, uma maioria de vagabundos para a nova colônia, enriquecendo às custas do Governo e dos colonos.

Mais tarde, sob D. Pedro I, veio o agente famigerado major Schäfer, digno sucessor do infame vendedor de almas Gochet. Seguiram-se sucessivamente as fundações das colônias São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres no Rio Grande do Sul; São Pedro D’Alcântara em Santa Catarina; Santo Amaro e Rio Negro em São Paulo; Caravelas no Espírito Santo e, recentemente, a de Petrópolis. Também nestas fundações dominou a desordem, a confusão e os colonos sofreram algumas fraudes, cometidas por funcionários subalternos. O Governo gastou muito e, na medida do possível, tentou remediar, sendo que as queixas foram suprimidas e não chegaram ao seu conhecimento. Desse modo o Governo teve pouco sucesso e não colheu gratidão alguma.<sup>39</sup>”

Além disso, o país era apresentado como irremediavelmente escravocrata: receava-se que os imigrantes, assim que chegassem, fossem reduzidos à condição de escravos; chegou-se a temer que houvesse uma re-



Rituais de canibalismo e antropofagia eram desenhados e mostrados como um dos principais empecilhos à imigração para o Brasil.

volução de negros cativos, como ocorrera no Haiti. Dizia-se, também, que o Brasil estava em permanente estado de guerra e que os imigrantes seriam alistados assim que se estabelecessem – repercussões ainda da Guerra do Paraguai. Falava-se de governos corruptos e dos rigores do clima, definido como tórrido e incompatível com a civilização; não se fazia distinção alguma entre as diferentes condições climáticas do norte e do sul e considerava-se o país como tomado por selvas inóspitas, repletas de aborígenes, de insetos, animais ferozes e peçonhentos.

“Na Alemanha, excetuando-se Hamburgo e Bremem, o Brasil é um país pouco conhecido e sobre o qual se tem opiniões curiosas e às vezes até ridículas. Muitos leitores estranharão ao tomarem conhecimento de que na capital, Rio de Janeiro, sempre se apresentam peças de teatro; óperas portuguesas e, muitas vezes, francesas; que existe um Tivoli; touradas, etc. e também se consome sorvete. Aqui se obedece, rigorosa e cegamente, aos ditames tirânicos da moda, mais fortemente do que na Europa. Ao invés de uma indumentária adequada ao clima, como chapéu de palha e jaqueta, em todos os lugares sempre se usa chapéu preto, casaca e sapatos de verniz, e isso se repete em todas as cidades grandes. (...)”

Muitos não esperavam a descrição acima, pois nas suas cabeças, entre outras bobagens, transbordavam selvagens; cobras; tigres; crocodilos; ouro; diamante; escravos trancafiados em estábulos, alimentados em cochos e oportunamente presenteados aos colonos, juntamente com outras maravilhas. (...)”

Durante os últimos 20 anos, este desconhecimento generalizado sobre o Brasil, com exceção do comércio, geografia e riquezas minerais de algumas Províncias do Norte, aparentemente permaneceu inalterado para a maioria das pessoas, apesar de ultimamente estar sendo um pouco melhor elucidado.<sup>47</sup>”

Por outro lado, a presença de princesas austríacas na corte, as oportunidades autênticas que logo se descortinaram, principalmente em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, e o empenho dos administradores do império e dos governos provinciais acabaram por mobilizar um número significativo de imigrantes. Vencidas as primeiras dificuldades, diminuíram as desconfianças e aumentou o número de imigrantes.

Quando as primeiras colônias ultrapassaram a fase do pioneirismo, as colheitas começaram a trazer frutos e a vida comunitária a organizar-se, os próprios imigrantes se tornaram os principais divulgadores dos potenciais de uma vida nova no Brasil.

Cartas e informações remetidas diretamente pelos emigrados a amigos e parentes foram importantes instrumentos de convencimento e de atenuação dos preconceitos que se haviam acumulado. Conforme frisa Walter Piazza, “Duas formas de aliciamento foram comuns na Itália, notadamente no Trentino, uma através dos recrutadores contratados pelos agentes de Caetano Pinto, outra os seus próprios parentes imigrados no Brasil, através de correspondência, ainda hoje, não devidamente dimensionada”<sup>48</sup>.

Um exemplo são os fragmentos de uma carta de 1826, relatada por João Klug, enviada por Peter Paul Muller, colono de São Leopoldo, a seus parentes na Alemanha:

“Moramos numa região que não pode ser imaginada mais bela ou melhor, de modo que doravante ninguém de nós, grande ou pequeno, tem desejo de retornar à Alemanha (...). Agora já temos 15 vacas, 6 bois e 8 cavalos e pensamos ter perto de 200 dentro de 2 anos, pois não precisamos preocupar-nos com o feno e o trevo, nem com pasto; pois ele (o gado) anda no inverno e no verão, dia após dia, no campo (...). Vivemos aqui todos os dias esplendidamente e com alegria, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos aqui em um país que se assemelha ao paraíso; não se pode imaginar região melhor ou mais bela do que esta...”<sup>6</sup>

Muitas cartas assim foram inclusive publicadas em jornais alemães, e há também suspeitas de que várias tenham sido forjadas pelos agentes de emigração.

De acordo com os dados de Toni Vidal Jochem, citando estatísticas alemãs, 5.431.100 pessoas dessa nacionalidade emigraram entre 1824 e 1914, sendo que 90% delas dirigiram-se para os EUA e um pouco mais de 2% (93.000 pessoas) para o Brasil. Logo após os alemães, levas de italianos e, pouco depois, de poloneses e ucranianos – e mais tarde de japoneses – foram fixadas principalmente no sul do país. Ao mesmo tempo e quase sem interrupção, sempre chegaram novos contingentes de portugueses e espanhóis, durante todo o século XIX e até a eclosão da Segunda Grande Guerra.

-----

Sobre o interesse do Brasil e do governo brasileiro na imigração, importa questionar as causas e razões do entendimento que se criou sobre a conveniência de desviar-se parte do fluxo migratório mundial para o Brasil, país com problemas sociais e econômicos em todas as suas regiões, com grandes necessidades de obras e investimentos. O engajamento em oferecer



Tela de Protinari, mostrando o trabalho nas fazendas de café paulistas, para onde foram levados muitos imigrantes italianos.

condições compatíveis aos que eram aspirantes à condição de novos brasileiros chega a ser surpreendente.

Do ponto de vista econômico, a imigração era uma questionável aposta no futuro, uma vez que exigia investimentos vultuosos e, ainda assim, nem sempre atingia seus objetivos. Muitos foram os empreendimentos que fracassaram, valiosos recursos evaporaram-se, numerosos foram os contratos desrespeitados e muitos os imigrantes que, depois de recebidos, abandonaram o país, desalentados com a realidade nada animadora que vislumbravam. O festejado sucesso do empreendimento migratório no Brasil não pode deixar de considerar o esforço do imigrante, mas tampouco pode desmerecer o projeto público que subsidiou a vinda desse imigrante, nem o apoio oficial que foi indispensável ao desenvolvimento de quase todas as colônias que obtiveram êxito.

Deve-se salientar que os imigrantes – prezando seu esforço e reconhecendo que muitas vezes faltou-lhes o apoio oficial – receberam o que não foi proporcionado a outros contingentes da nação: acesso a terras próprias com programas facilitados que incluíam transporte, moradias provisórias e, muitas vezes, auxílio pecuniário, apoio governamental ao longo do tempo e trabalho remunerado enquanto a agricultura não produzisse o sustento.

## LEGISLAÇÃO, REGULAMENTOS E CONTRATOS

Como síntese do aparato legal que permitia aos governos provinciais e à administração central agir no sentido de estimular a imigração e amparar os colonos que chegassem ao Brasil, verifica-se que, até meados do século XIX, a legislação não estava dirigida ao surto de emigrantes que deixava a Europa em busca de melhores condições de vida. A legislação vigente datava de 1822 e modificara apenas superficialmente o antigo sistema de cessão de glebas e sesmarias em vigor desde o período colonial. O período de Regência não introduziu modificações apreciáveis, tendo, ao contrário, tomado medidas que se contrapunham aos gastos e até à conveniência de receber imigrantes.

Somente a partir de 1850, com a aprovação da Lei de Terras do governo imperial, fixaram-se regras mais claras para a demarcação, posse e usufruto das terras devolutas, assim como a participação de particulares e empresas privadas no projeto colonizador. A lei de Terras resultou de um momento política e economicamente favorável na vida nacional. O início do Segundo Império, com a decretação da maioria de D. Pedro II, pacificou a vida política, e o fim da guerra do Paraguai trouxe a paz, indispensável ao planejamento e execução de projetos estratégicos, cujos resultados presumíveis só poderiam ser sentidos a médio e longo prazos. Justamente a partir desse momento propício é que surgiram os empreendimentos maiores e que, ao longo do tempo, haveriam de obter mais êxito.

Em Santa Catarina, destacou-se a fundação da Colônia Blumenau, ainda em 1850, e a Dona Francisca, menos de um ano depois, seguidas pela Colônia Itajahy-Brusque, criada em 1860. Depois de 1875, quando os imigrantes italianos tornaram-se majoritários, foram fundadas várias colônias no sul do estado, destacando-se os empreendimentos que resultaram em cidades do porte de Criciúma, Urussanga e Orleans.

## A Lei de Terras

“Com a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial fixou as normas sobre os modos de aquisição da propriedade nas terras públicas e as distinções entre o domínio público e o privado, substituindo o método usado até 1822 para a distribuição de terras por meio de sesmarias, concessões gratuitas, sob as condições de medição, confirmação e cultivo”<sup>7</sup>.

A lei “dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava sua medição, demarcação e utilização em colonização”. Tais assuntos são tratados especificamente nos artigos 12 (sobre a reserva de terras para a colonização dos indígenas e a fundação de povoações), 17 (que trata da aquisição de terras pelos estrangeiros, assim como sua naturalização) e 18 (que dispõe acerca do ingresso de imigrantes europeus a cargo do Governo Imperial).

As terras consideradas devolutas eram aquelas que o governo dispunha para venda em lotes aos imigrantes diretamente, ou a particulares e a companhias colonizadoras, em propriedades que não excediam 30.000 hectares, em se tratando de terras destinadas ao cultivo, e 2.000.000 de hectares aquelas destinadas à criação de gado.

A Lei de Terras é considerada um divisor de águas entre o momento em que o governo não possuía interesse maior pela imigração e a etapa posterior, na qual o assunto passou a ser de interesse primordial nos negócios do país.

Por outro ângulo, a “lei de terras” não agradava aos grandes latifundiários de áreas cafeeiras e açucareiras. De um lado estavam aqueles que viam na pequena propriedade uma espécie de salvaguarda para a agricultura brasileira; de outro, aqueles que viam na grande indústria rural – extensiva e de exportação – a salvação da economia nacional.

A regulamentação deu-se pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Seus 108 artigos, divididos em 9 capítulos, tratam da criação da “Repartição Geral das Terras Públicas”, sua medição, revalidação e legitimação, da separação entre domínio público e particular, da medição daquelas de domínio particular, das terras reservadas, das devolutas situadas nas fronteiras com outros países, da conservação e do registro das terras.



Desembarque de imigrantes na estação da hospedaria, em São Paulo, 1907.

Pelo Decreto nº 2.168, de 1º de maio de 1858, o Governo Imperial aprovou o regulamento para o transporte de imigrantes, complementado pelo Decreto nº 3.254, de 20 de abril de 1864, que cria o cargo de Agentes e suas atribuições.

Para incrementar ainda mais a colonização estrangeira, foi aprovado o regulamento para as Colônias do Estado, através do Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, estabelecendo as condições de fundação das colônias, distribuição das terras, condições de propriedade, administração, recepção e estabelecimento dos colonos, entre outras disposições diversas. Ocupava-se em determinar as extensões dos distritos coloniais, fixando uma área de quatro léguas quadradas, e indicava como deveriam proceder os engenheiros encarregados da fundação das colônias. Além disso, estabelecia o tamanho dos lotes públicos e urbanos, dividindo-os em classe e deixando o preço ao arbítrio do diretor, entre os limites de dois a oito réis por braça quadrada (4,84 m<sup>2</sup>) para os lotes rurais e dez a oitenta réis para os urbanos.

Esses dispositivos estabeleceram ao longo do tempo um aparato legal diretamente relacionado com a imigração. Estimularam os deslocamentos, reservaram e organizaram áreas destinadas aos empreendimentos coloniais, estruturaram a recepção e buscaram amparar os colonos na fase de adaptação ao território.

No entanto, essa legislação favorável conheceu percalços, como a suspensão da sua execução, determinada pelo Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro de 1879, devido à insuficiência de verbas.

Os esforços de adaptação e modernização foram freqüentes e, ainda com o Governo Imperial, foi assinado o Decreto nº 619, de 23 de fevereiro de 1879, que organizou a Inspeção Geral de Terras e Colonização,

## O Contrato Caetano Pinto



O contrato Caetano Pinto se propunha a introduzir, no período de 10 anos, 100.000 imigrantes, sob as condições constantes no contrato. Apresentava uma vantagem: a viagem paga. Foi assinado entre o empresário Caetano Pinto e o Ministro e Secretário de Estado para os negócios da Agricultura, Comércio e Obras, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em data de 30 de junho de 1874.

Contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior sob as seguintes condições:

I - J.C. Pinto se obriga, por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (com exceção da Província do Rio Grande do Sul), num período de dez anos, 100.000 imigrantes alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos,

dinamarqueses e franceses, agricultores sadios, trabalhadores de boa moral, nunca menores de 2 anos, nem maiores de 45, salvos os chefes de família. Destes imigrantes, 20% podem exercer outras profissões.

II - O período de 10 anos começa a correr depois de 12 meses, calculados da data de elaboração do contrato; o empresário, porém, poderá iniciar a introdução de imigrantes antes do fim dos 12 meses, se o Governo permitir.

III - O número de imigrantes não superará os 5.000 no primeiro ano, podendo ser elevado a 10.000 se o Governo assim estabelecer; mas nos anos sucessivos o empresário será obrigado a introduzir até 10.000, sendo qualquer excesso dependente do prévio consentimento do mesmo Governo.

IV - O empresário receberá por adulto as seguintes subvenções: 120\$000 réis para os 50.000 imigrados; 100\$000 para os 25.000 sucessivos; 60\$000 réis para os últimos 25.000, e a metade destas subvenções para os menores de 12 anos e maiores de 2.

V - Estas subvenções serão pagas junto à Corte, assim que for provado que os imigrados foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da província à qual são destinados.

VI - Nem o Governo, nem o empresário poderão receber dos imigrantes, a nenhum título, as cifras gastas como subsídios, ajudas, transportes e alojamentos dos mesmos.